

Muito Além de “A Cidade e as Serras”: Uma Crítica Pela Caracterização Sistêmico-Territorial Rural/Urbano

Área Temática: D - Desenvolvimento humano e social

Christian C. Ganzert
Universidade de São Paulo
Visiting Scholar at University of Illinois
ganzert@usp.br

Dante P. Martinelli
Universidade de São Paulo
dantepm@usp.br

Resumo

O presente artigo se dedica à discussão teórica sobre a adoção de novos parâmetros para avaliar a ruralidade e a urbanidade em determinadas circunscrições geográficas. Ao final, apresenta um modelo de como os índices deveriam ser constituídos para melhor preservação do caráter sistêmico do tema. O artigo discutir de forma mais aprofundada os resultados encontrados com a aplicação do índice, mas meramente o exercício de sua constituição.

Palavras-Chave: Caracterização Rural, Índice de Urbanidade, Índice de Ruralidade.

E se ao menos essa ilusão da Cidade tornasse feliz a totalidade dos seres que a mantêm... Mas não! Só uma estreita e reluzente casta goza na Cidade os gozos especiais que ela cria. O resto, a escura, imensa plebe, só nela sofre, e com sofrimentos especiais que só nela existem.

QUEIRÓS (2006, p. 128)

Originalmente publicado em 1901

1. Introdução

A discussão acerca da urbanização dos países recentemente industrializados tem ganhado maior destaque com o crescimento da importância desses no comércio internacional. A mesma discussão abre alas para a busca de uma nova definição do território urbano, considerando todas as suas particularidades e perspectivas. Na tentativa de delimitar as características específicas da urbanidade, surge, a reboque, a necessidade de redesenhar as fronteiras conceituais do ambiente rural, termo que há muito tem sido abordado como a oposição natural do que é urbano. Muito além da oposição semântica praticada no senso comum, rural e urbano são termos que expressam conceitos complementares, principalmente quando seu uso ocorre no plano da análise social-econômica.

Enquanto a maioria das pesquisas aponta para a existência de um movimento crescente de migração para os centros urbanos, principalmente nas últimas cinco décadas, outros ideólogos acreditam que a metodologia empregada para caracterizar a urbanidade tem sido equivocada, por tratar apenas da contenção espacial do ambiente urbano. A crítica usualmente presente nos estudos acerca dos termos rural e urbano é de que não há uma medida expressa

do nível de penetração dos elementos típicos do ambiente rural naquilo que é considerado ambiente urbano, e vice-versa. Tal caracterização híbrida derivou naquilo que se alcunhou pelo neologismo “rurbano”, termo que expressa a dificuldade em separar um conceito de outro pela mera observação do espaço social. O uso do termo remete a Sorokin, Zimmermann e Garopin (1930; 1986), e já não configura um conceito novo, mas bastante evidenciado desde o segundo quartil do século XX. Trata-se da constatação de um imbróglio ao maniqueísmo da oposição entre rural e urbano, ainda presente no senso comum e evidenciado na própria produção cultural humana desde a tomada de consciência do fenômeno civilizatório, tendo como exemplo a obra de ficção de Queirós (2006) de publicação póstuma em 1901, intitulada “A Cidade e As Serras”.

O romance de Queirós faz uma crítica da vida na cidade, como demonstrado na epígrafe, exaltando as qualidades da vida no campo e evidenciando as diferenças do estilo de vida e cultura dos dois ambientes. Mas a dicotomia construída pelo imaginário popular no uso dos termos rural e urbano não traz em sua essência a explicação acerca da conformação de seus conceitos. Enquanto o ambiente urbano está usualmente associado à ideia do progresso positivista, o rural está conectado, ao menos no imaginário popular, ao sossego de uma vida tradicionalista associada ao baixo desenvolvimento tecnológico, social e econômico. Entretanto, a realidade cada vez mais afirmada nas economias emergentes é de um progresso rural paralelo ao desenvolvimento do meio urbano. Dessa forma, torna-se cada vez mais difícil enxergar a diferença entre os termos, mais uma vez remetendo ao rurbano de Sorokin, Zimmermann e Garopin (1930; 1986).

Em meio à problemática da contenção conceitual dos termos rural e urbano, propõe-se neste artigo uma nova perspectiva de delimitação territorial, através da busca de uma metodologia de avaliação que não se prenda apenas ao escopo espacial ou censitário, abrangendo também tópicos como a produção de riqueza e a apropriação de elementos culturais típicos dos conceitos. Por conta da necessidade de arbitrar a transformação de percepções subjetivas em instrumentais práticos de ordem quantitativa, busca-se aqui a conceituação dos problemas concernentes ao tema, para uma futura busca de dispositivos não paramétricos, que tornariam possíveis as aferições de resultados expressos em valores, mas que também sofreriam, invariavelmente, a influência da percepção humana individualizada. Dessa forma, o trabalho desempenhado não ignora a volatilidade do aparato, mas o torna declarado nas figuras dos indivíduos que viabilizariam, em um momento posterior ao deste artigo, a constituição do método de caracterização mais compatível com a sistêmica social.

2. Do Rural ao Urbano – Um resgate conceitual prévio da avaliação dos conceitos à sua perspectiva sistêmica

A dicotomia entre rural e urbano encontra sua retomada no alvorecer da idade moderna, quando se resgataram valores e ideias oriundas da forma de organização dos clássicos gregos (COULANGES, 1975). A idade média pode ser entendida, dessa forma, como um hiato que adicionou novos elementos aos conceitos apropriados, a partir dos séculos XIII e XIV, pela renascente civilização ocidental daquilo que era parte da cultura helênica. Esses adendos foram fundamentais para a modernização dos procedimentos técnicos, oriundos da civilização oriental, e culminariam na expansão da gênese do capitalismo nos séculos que se seguiram até a consolidação do sistema no século XIX (HOBSBAWM, 2006). Como perspectiva de legitimação ao processo produtivo capitalista, o positivismo exerceu o papel de pano de fundo ideológico para uma série de mudanças resultantes da busca pelo

excedente desencadeada no âmbito produtivo, validada por um novo perfil ético coerente com a retomada do conceito da urbe (WEBER, 2008).

Dizer que o conceito de civilização é algo concebido a partir da era moderna é privar-se das origens daquilo que viria a ser para a renascença o arcabouço filosófico e político. A noção de urbe advém do período clássico, mas sofre profundas transformações a partir dos eventos migratórios iniciados com a Revolução Industrial. Somente a partir da associação do proletariado e da indústria às cidades é que se atribui o seu sentido mais usual nos dias de hoje, atrelado ao progresso tecnológico da transformação produtiva mediada pela máquina. A urbe de nossos dias é diferente da urbe grega, mas seu alicerce ainda é o mesmo. Trata-se da convergência de interesses em torno de uma territorialidade de identidade específica, valores definidos pela produtividade e cultura penetrada pelas exigências do mercado.

Segundo Mendes (2002), “a cidade é um lugar de encontros” (MENDES, 2002, p. 153). Essa afirmativa se apoia na raiz da existência das cidades, uma zona de confluência das relações humanas de ordem econômica, social e política, de onde transbordam novos elementos para a cultura local, regional e nacional. O mesmo pensamento se aplica à noção de comunidade, tendo em mente que a cidade é formada por um tipo específico de comunidade, na qual valores são desenvolvidos e transformados em torno da produção social e a emergência das relações humanas sob o espaço comum. É necessário reconhecer que há diferenças evidentes entre os modelos de comunidades estabelecidos em torno da urbanidade e em torno da ruralidade, as quais são percebidas principalmente por peculiaridades que definem tais espaços. Até mesmo os problemas sociais típicos são diferenciados nos dois ambientes, influenciando no comportamento psicologicamente induzido dos indivíduos. Blazer et al. (1985) mostra que nítidas diferenças na incidência de desordens psiquiátricas em indivíduos oriundos dos meios urbano e rural, o que valida a existência de uma distinção entre os dois ambientes e sua interação com a percepção do ambiente social.

Os modelos de vida dos dois espaços são tão nitidamente diferentes que exercem diferentes impactos na psique de seus habitantes. Entretanto, em sintonia com a crítica lírica de Queirós (2006), é notória a impossibilidade de estabelecimento de um padrão evolutivo entre os conceitos urbano e rural. Como salienta Abramovay (2000), “ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas” (ABRAMOVAY, 2000, p.26). Significa dizer que associar o urbano ao desenvolvimento natural do ambiente rural é um erro conceitual. A ideia de desenvolvimento associado à urbanidade encontra críticas em outros trabalhos, que corroboram a ideia de que o meio urbano é um fenômeno crescente da modernidade, e inclui em seu rol de elementos representativos o dispêndio energético e o ritmo acelerado de produção. A análise de Harris (1998) mostra que países de maior consolidação do modelo urbano, como os EUA da década de 1970, chegam a consumir cerca de 60 vezes mais energia, por habitante, do que países essencialmente rurais da mesma época, como a Índia (HARRIS, 1998).

Nesse ponto é necessário que seja revisto o conceito de desenvolvimento que melhor se aplica a este trabalho. Amartya Sen condiciona o desenvolvimento como a gradação de acesso à liberdade de ação do indivíduo em um sistema social (SEN, 2000). Dessa forma, o conceito de desenvolvimento não pode se limitar à condição estreita de análise empírica do desempenho econômico de uma determinada circunscrição geopolítica. O paradigma de desenvolvimento humano delineado por Sen (2000) encontra um paralelismo com peculiaridades adjacentes ao conceito de desenvolvimento local elucidado por Martinelli e Joyal (2004), onde se observa que o desenvolvimento que realmente interessa é aquele que enseja a melhoria de vida das pessoas de uma determinada localidade, sob a premissa da sustentabilidade e redução da dependência (MARTINELLI; JOYAL, 2004). Dessa forma, não basta encarar o desenvolvimento como o mero acúmulo de renda de uma determinada

localidade, mas sim a análise de como essa renda pode contribuir para a ampliação do acesso, individual e coletivo, às alternativas de ação social no âmbito de uma dada circunscrição espacial.

Essas características do conceito de desenvolvimento aqui utilizado permitem a constatação de que pode haver desenvolvimento de âmbito rural ou urbano. Ainda que um ambiente não se caracterize plenamente como um desses dois tipos, sendo na realidade posicionado em uma gradação entre eles, é possível verificar que em ambos há a possibilidade de melhoria de acesso à liberdade de ação aos indivíduos que compõem o tecido social de sua localidade. Significa dizer que o desenvolvimento, tal qual delimitado anteriormente, pode ocorrer no meio urbano ou no meio rural, diferentemente da típica vinculação do progresso social e técnico apenas ao meio urbano que se verifica na atribuição de peso de valor positivo ao que é oriundo da cidade. Contrariando o senso comum, que vincula o desenvolvimento à urbanização, como salienta Veiga (2004), “a visão de uma inelutável marcha para a urbanização

como única via de desenvolvimento só pode ser considerada plausível por quem desconhece a imensa diversidade que caracteriza as relações entre espaços rurais e urbanos dos países que mais se desenvolveram” (VEIGA, 2004, p. 26).

Há, dessa forma, uma relação estreita entre os termos, mas não é possível caracterizá-los como opostos. Recentemente, até mesmo a ideia de *continuum* (na qual se consideram os termos como partes indissociáveis de um todo) tem sido rediscutida entre os teóricos da área, enumerando suas notórias diferenças e dicotomias. Entretanto, segundo Tavares (2007), “as zonas urbanas, suburbanas e rurais são cada vez mais interdependentes e os problemas de uma delas também interferem nas outras” (TAVARES, 2007, p. 113). Dessa forma, a compreensão do conceito exige um esforço de abstração que conceda a possibilidade de um *continuum* que permita a existência da dicotomia. A partir dessa observação, é possível retomar o conceito de urbano caracterizado anteriormente. Toda a dificuldade de definição se dissipa sob a mera observação de que, na verdade, não se trata de dois conceitos isolados, opostos ou complementares, mas de esferas de contenção de significados que possuem relações sistêmicas entre si e entre outros conjuntos conceituais. Muitas das origens dos problemas que afligem às cidades advêm do campo, e vice-versa. Há uma teia de relações entre os dois ambientes e, em certos momentos, torna-se impossível dizer com exatidão o grau de urbanidade ou ruralidade de uma localidade. No meio desse contexto, cabe espaço para uma pergunta divisora de águas: a que interessa a caracterização de um ambiente como rural ou urbano?

Todo tipo de caracterização tem, em primeiro momento, uma finalidade didático-cognitiva e, posteriormente, servirá como referencial para compreensão da realidade. Tentar compreender a realidade dispondo de ferramentas conceituais dicotômicas como os termos urbano e rural é tão útil quanto tentar compreender a cor cinza dispondo apenas das cores preto e branco. É preciso, antes de tudo, saber que elas se misturam, e que a mistura gera algo inteiramente novo e peculiar.

Dentro dessa lógica, Veiga (2004) relembra a proposta do conceito de ecossistema territorial. Segundo o autor, o ecossistema territorial é “entendido como o espaço sem o qual um ecossistema urbano não pode exercer o conjunto de suas próprias funções vitais” (VEIGA, 2004, p. 26). Explicando a incapacidade de dissociação entre os conceitos frente à sua conexão com a atividade social do indivíduo, Veiga (2004) ainda percebe que:

se o ecossistema territorial é composto tanto de elementos do ambiente físico-biológico, quanto do ambiente construído e do ambiente antrópico, torna-se impossível, então, recusar todo e qualquer tipo de determinismo geográfico para explicar a localização das atividades e das populações, como pretendiam os primeiros teóricos da economia espacial. (VEIGA, 2004, p. 26).

Essa percepção do autor está em nítida sintonia com a ideia de Larceneux (1996) acerca da categorização do espaço urbano. Significa dizer que, apesar da percepção das distinções entre os ambientes urbano e rural impactar diretamente a ação humana, condicionando-a através de uma cultura típica da vida social estabelecida naquele ambiente, é impossível determinar com clareza uma tipificação que delimite as fronteiras entre os dois conceitos. Dessa forma, não se trata de um *continuum*, tampouco de termos opostos, mas somente de configurações múltiplas conectadas à variável espacial da dinâmica do tecido social.

Estudos de diversas épocas mostram as diferenças entre as práticas salariais daquilo que é tido como ambiente rural em relação ao ambiente urbano. Tal qual o estudo de Bacha (1979), o grande problema desse tipo de estudo econômico é a caracterização do que é urbano e o que é rural, voltando ao cerne da questão aqui discutida. Se o salário é reflexo do mercado de mão de obra sob a influência do desempenho dos produtos de um determinado setor (VARIAN, 1992), falta determinar com maior zelo se há influência interna entre setores correlatos, definindo suas fronteiras por componentes geopolíticas ou outro tipo de variáveis. Nesse momento, deve-se ter em mente a característica sistêmica de comportamento econômico, onde fatores de um subsistema impactam indiretamente em outros (CAPRA, 2006). Pode-se dizer que, trazendo à análise sistêmica, os sistemas econômicos, ainda que sob o escopo da análise geográfica, comportam-se como sistemas interagentes, nos quais suas componentes independentes exercem influências entre si (BAUER, 1999).

Para que haja um estudo correto das influências exercidas entre um setor e outro (impacto do rural sobre o urbano e impacto do urbano sobre o rural), seria necessário encarar o tema sob a perspectiva de um modelo analítico estrutural. Por haver a noção do impacto direto de um termo (urbano) sobre o outro (rural), pode-se dizer que há uma relação de dependência estrutural estabelecida, passível de ser avaliada por métodos analíticos de influência e dependência. Alinhando o tema ao âmbito das discussões da teoria dos sistemas aplicada ao estudo dos arranjos produtivos (rurais ou urbanos), é possível dizer que o conceito de dependência estrutural inclui a dependência funcional e a dependência produtiva existente entre os dois cenários. A dependência estrutural é um conceito discutido no âmbito dos sistemas produtivos, que soa como um termo geral frente aos termos específicos de dependências produtiva e funcional. Enquanto a dependência funcional se apoia na rede de veiculação do produto ao mercado, estritamente dimensionada no escopo geográfico da distribuição de produtos e serviços e relacionamento com clientes, a dependência produtiva está na cadeia de fornecimento de matéria-prima e outros recursos para a composição de um produto ou serviço final (GUZMAN-CUEVAS; CÁCERES-CARRASCO; SORIANO, 2009). Já a dependência estrutural é a composição dos dois tipos anteriores, e está atrelada às condições ambientais de estabelecimento de relações com outras unidades produtivas ou agentes econômicos, determinada por variáveis macroeconômicas e padrões da cultura regional.

Do mesmo modo que adotar o termo dependência estrutural significa transpor conceitos macroeconômicos para o embate temático rural/urbano, é possível conceber seu alinhamento ao uso recorrente do termo equilíbrio estrutural (HEIDER, 1946; NEWCOMB, 1953). A teoria do equilíbrio estrutural foi concebida em meio a preceitos matemáticos complexos, e originou um sem número de outras teorias no campo da sociologia e economia (WASSERMAN; FAUST, 1994), tendo sua aplicação mais significativa no campo das ciências comportamentais obtida por Harary (1959), baseando-se em Heider (1946). A partir de Harary (1959) foi possível alinhar a perspectiva qualitativa de dependência estrutural com os métodos matemáticos de verificação do equilíbrio estrutural. Subtraindo-se a questão epistemológica relacionada às duas formas de tratamento dos termos urbano e rural, há

complementaridade entre os conceitos, que permite sua observação como grupos interagentes a partir de Harary (1959).

O conceito sistêmico de dependência estrutural expressa maior abrangência do que a mera oposição dos conceitos rural e urbano. Na teoria dos sistemas, a dependência estrutural é vista como uma propriedade inerente a todo tipo de sistema. Tendo em vista que sistemas são estruturas de relações entre entidades conectadas com um propósito comum (ESPEJO, 1996), deriva-se a ideia de que cada agente conectado ao sistema depende da relação que estabelece com o meio, e também há validade nessa perspectiva se dividirmos esse meio em dois grandes conjuntos de características (rural e urbano), com indivíduos localizados além de suas fronteiras. Essa dependência se estabelece no ato de relacionar-se com outro agente, dado pela necessidade ou conveniência de um ou de outro, no ambiente além da fronteira rural/urbana ou dentro de suas delimitações. A própria relação depende da pré-disposição dos agentes em se conectarem, o que significa dizer que se torna um pré-requisito para o estabelecimento de laços no interior do sistema. De igual teor, não há sistema sem dependência, já que toda interação gera certo grau de dependência (ainda que próximo do nulo) e que não há sistema sem interação. A dependência é tão natural em um sistema, mesmo naqueles compostos por múltiplos subsistemas, quanto a existência de relações. Capra (2002) observa que:

Não existe nenhum organismo individual que viva em isolamento. Os animais dependem da fotossíntese das plantas para ter atendidas as suas necessidades energéticas; as plantas dependem do dióxido de carbono produzido pelos animais, bem como do nitrogênio fixado pelas bactérias em suas raízes; e todos juntos, vegetais, animais e microorganismos, regulam toda a biosfera e mantêm as condições propícias à preservação da vida. (CAPRA, 2002, p. 14)

Dessa forma, a dependência está presente na cadeia de relações de sistemas complexos como a biosfera, argumento corroborado por Lovelock (1991). Sob esse comentário, traz-se o debate dos conceitos rural e urbano a um outro nível, aquele em que sua interação é observada de uma forma sistêmica e interagente, sem dissociação entre os conjuntos de elementos culturais ou de ação social que compõem sua caracterização.

3. Metodologia de Análise e Caracterização do Espaço Rural e Urbano

A instância de circunscrição geopolítica adotada para composição da metodologia proposta neste artigo é a da municipalidade. A ideia de definir um índice que permita mensurar o grau de urbanização de um município não é nova, podendo ser encontrada em trabalhos como de Carvalho (2007), que propõe o Índice de Ruralidade e Urbanidade Municipal (IRUM). Os trabalhos de ordem internacional, que confrontam os níveis de urbanização de países, costumam se utilizar de informes nacionais sobre o nível interno de urbanização ou ruralidade, que geralmente são constituídos sob diferentes metodologias, como apresentado pelo relatório anual da Agência Central de Inteligência americana (CIA, 2006), servindo assim como uma média das aferições municipais ponderada pela extensão regional ou não. O IBGE, por exemplo, enquanto instância nacional de aferição do nível de desenvolvimento urbano, utiliza-se da porcentagem de população da área urbana em relação à área total de uma determinada localidade. Para determinar os limites do espaço urbano e do espaço rural, cada município adota diferentes parâmetros:

Os critérios adotados para subdividir o espaço territorial brasileiro em áreas urbanas e rurais são baseados nas legislações de cada município brasileiro. As áreas urbanas são áreas internas ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, sendo este perímetro

definido por lei municipal. As áreas rurais são as áreas externas aos perímetros urbanos, que também são definidas por lei municipal. (IBGE, 2011, p. 1)

Significa dizer que cada município caracteriza sua zona urbana ou rural da forma que lhe for conveniente. Encontram-se então disparidades em relação às definições daquilo que seria o perímetro urbano relatado no plano diretor do município. Ainda que essas definições estabeleçam um planejamento bem definido do modelo de expansão urbana delimitada pela administração municipal, nada indica que não haja aglomerações tipicamente urbanas em ambientes definidos previamente no plano diretor municipal como rurais.

Definida por conveniência política ou respeitando o histórico de ocupação urbana do município, a delimitação do espaço caracterizado como zona urbana nos planos diretores municipais é realizada de forma arbitrária, não considerando todas as variáveis sociais relacionadas ao problema. Sob o ponto de vista sistêmico, a própria adoção da caracterização urbano/rural, apesar de nortear políticas públicas e nortear as tendências de comportamento médio dos grupos sociais circunscritos em tais instâncias, não reflete a realidade de um sistema complexo, no qual não há uma tipificação estrita que possa ser encontrada por paráfrase em todos os municípios existentes. Nenhuma área rural é igual à outra, e suas especificidades destoam mesmo antes da adequação imposta pelo método de caracterização. Por isso, o exercício do IBGE de considerar, por conveniência, a metodologia distinta de cada município para caracterização dos espaços urbano e rural, é válido no âmbito das particularidades ímpares concernentes à aplicação de métodos específicos para casos específicos. Entretanto, essa constatação não escapa à percepção de que há uma conveniência de interesses internos de cada município para a circunscrição de suas áreas urbanas e rurais. Dessa forma, reduz-se a confiabilidade de um pragmatismo científico que, se não inviabiliza o tratamento estatístico das variáveis levantadas, ao menos as relega ao panorama não paramétrico, obrigando à utilização de um ferramental que escape à linearidade do modelo de ciência tipicamente cartesiano.

Sob a perspectiva sistêmica, outras variáveis deveriam ser levadas em conta na caracterização de um ambiente enquanto gradação de extremos como rural/urbano, além da população alocada nas respectivas circunscrições. O potencial econômico dos setores típicos de cada região deve ser levado em conta, assim como a população de cada uma das cercanias definidas em no plano diretor. O Quadro 1 mostra algumas informações econômicas e censitárias de cinco cidades escolhidas como modelo para a observação de variáveis pertinentes ao tema, tais como PIB ligado à produção agrícola (típica de ambientes rurais).

Referente ao Quadro 1, é necessário levar em conta que o PIB Industrial não está diretamente relacionado com qualquer um dos dois conceitos, rural ou urbano. Pelo contrário, assiste-se ao implemento de plantas produtivas industriais em zoneamentos rurais, por razões diversas, tais como custo da terra e legislação municipal. Dessa forma, sem o correto detalhamento de informações sobre a região de coleta das informações acerca da produção anual, é impossível dizer em quanto a zona rural contribui para o PIB Industrial. Os municípios do quadro foram escolhidos por caracterizarem casos bastante diferenciados um dos outros.

Quadro 1

Municípios	Valor Adicionado				Impostos (em milhões de reais)	PIB (3) (em milhões de reais)	PIB <i>per</i> Capita (4) (em reais)	População Total	População Rural	População Urbana	
	Agropecuária (em milhões de reais)	Indústria (em milhões de reais)	Serviços (em milhões de reais)								Total (em milhões de reais)
			Administração Pública	Total (2)							
Cedral	12,72	23,73	16,07	85,22	121,67	17,87	139,54	17.186,74	7.957	1.663	6.294
Ribeirão Preto	26,01	2.220,42	1.094,54	9.891,71	12.138,15	1.758,39	13.896,53	24.898,11	604.502	1.711	602.791
São Paulo	19,09	62.875,25	21.459,61	229.612,04	292.506,37	64.610,31	357.116,68	32.493,96	11.239.372	119.073	11.120.299
São Carlos	57,87	1.094,83	413,32	2.230,95	3.383,66	529,01	3.912,67	17.941,42	221.644	8.854	212.790
Matão	48,35	3.215,13	129,25	1.324,33	4.587,80	576,78	5.164,58	66.483,67	76.734	1.412	75.322

Informações econômicas e censitárias da amostra de 5 municípios

Fonte: Fundação SEADE (2010)

Uma forma mais sistêmica de desenhar indicadores de ruralidade ou urbanidade de um município seria relacionar a parcela de sua população alocada em uma ou outra circunscrição espacial e a parcela da produção econômica rural desse município. Apesar do indicador derivado dessa observação originar, como dito antes, uma medida não paramétrica (afinal, os critérios de delimitação do espaço urbano segue diferentes metodologias entre os municípios), é possível chegar a uma medida de maior consistência através da relação entre as duas variáveis.

Como sugestão, pode-se utilizar a seguinte fórmula que delimita uma escala de 0 a 4 para a ruralidade de um município:

$$\text{Índice de Ruralidade} = \left| \log_{10} \left(100 \cdot \frac{\text{População Rural}}{\text{População Total}} \right) \right| \cdot \log_{10} \left(100 \cdot \frac{\text{PIB}_{\text{Agropecuária}} + \text{PIB}_{\text{Industrial}}}{\text{PIB}_{\text{Total}}} \right)$$

Foi escolhida a adição do PIB Industrial na fórmula por conta do reconhecimento que as indústrias de maior impacto econômico se localizam, na maioria das vezes, em zonas definidas como rurais nos planos diretores municipais, ainda que sigam uma lógica típica do ambiente urbano e que a maioria de seus trabalhadores ocupem a área urbana (ABRAMOVAY, 2000). A partir da aplicação da fórmula acima nos municípios escolhidos para compor o Quadro 1, obtêm-se os seguintes índices de ruralidade dispostos no Quadro 2:

Quadro 2

Municípios	índice
Cedral	2,153285
Ribeirão Preto	0,74341
São Paulo	0,036043
São Carlos	1,030478
Matão	0,63343

Índice de Ruralidade dos 5 municípios da amostra

Fonte: Autor

Dentre os cinco municípios com aplicação do índice sugerido, é possível dizer que Cedral possui maiores características de um município rural, enquanto a capital São Paulo possui menos características rurais. Mais uma vez, vale lembrar que o exercício de

constituição do índice apenas gera parâmetros gerais de comparação que não servem para trabalho estatístico linear, mas sob o uso de técnicas não paramétricas.

4. Considerações Finais

A proposta de reavaliação da metodologia de caracterização dos ambientes urbanos e rurais descrita neste trabalho aponta para a incorporação do pensamento sistêmico para melhor definir os critérios de análise dos dados levantados e seu relacionamento para originar melhores condições de compreensão dos dois ambientes, sabendo que um possui ligações estreitas com o outro.

Não há aqui a pretensão de descaracterizar as metodologias já consagradas, mas apenas a de incitar a utilização do enfoque sistêmico em seu manuseio, de forma que seja possível entender que não há, em última instância, independência de um dos conceitos frente ao outro. Na verdade, a própria concepção do urbano depende da existência do ambiente rural. Ampliar a compreensão dessa dependência pode melhorar o estabelecimento de novas políticas que venham a melhorar o modo de gestão dos dois ambientes, seja no âmbito social ou econômico.

O exemplo de índice de ruralidade sugerido indica um modelo de caracterização mais sistêmico que a mera observação da densidade demográfica das regiões urbanas ou rurais. Mesmo assim, não pode ser considerado um índice definitivamente sistêmico, pois não considera variáveis que levem em conta indicadores sociais e comportamentais típicos do ambiente rural. Necessita de modificações estruturais, servindo apenas como um exemplo das possibilidades de constituição de índices dessa natureza. Por conta disso, não cabe aqui discutir de forma mais aprofundada os resultados encontrados com a aplicação do índice, mas meramente o exercício de sua constituição.

Referências:

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Texto para discussão N° 702**. Rio de Janeiro:IPEA., jan. 2000. 37p. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000/Funcoes_e_medidas.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2011.

BACHA, Edmar L. Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil. **Pesq. Plan. Econ.** v. 9, n. 3, p. 585-628, dez. 1979.

BAUER, Ruben. **Gestão da mudança: caos e complexidade nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1999.

BLAZER, Dan et al. Psychiatric Disorders: A Rural/Urban Comparison. **Archives of General Psychiatry**. v. 42, n. 7, p. 651-656, jul. 1985.

CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas: Ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, Leandro D. C. **A interface da ruralidade e da urbanidade em perspectiva: uma proposição metodológica para a aferição do município de Viçosa – MG.** 2007. 59 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) -Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

CIA. **CIA World Factbook 2006.** New York: Skyhorse Publishing, 2006.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga.** São Paulo: Hemus, 1975.

ESPEJO, Raul et al. **Organizational Transformation and Learning: A Cybernetic Approach to Management.** Chichester: John Wiley & Sons, 1996.

GUZMÁN-CUEVAS, Joaquín; CÁCERES-CARRASCO, Rafael; SORIANO, Domingo R. Functional dependence and productive dependence of SMEs. **Small Bus Econ**, v. 32, n. 1, p. 317-330, 2009.

HARARY, Frank. On the measurement of structural balance. **Behavioral Science**, v. 4, n. 4, p. 316-323, out. 1959.

HARRIS, Marvin. **Vacas, Porcos, Guerras e Bruxas: Os enigmas da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HEIDER, Fritz. **Attitudes and cognitive organization.** **Journal of Psychology**, v. 21, n. 1, p. 107-112, jan. 1946.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789-1848.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

IBGE. **Comunicación Social: Primeros resultados definitivos del Censo 2010: población de Brasil es de 190.755.799 personas.** 29 abr. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/espanhol/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1866>. Acesso em: 20 jul. 2011.

LARCENEUX, André. Les nouveaux chantiers de la théorie économique spatiale. In: PECQUEUR, Bernard (ed.). **Dynamiques territoriales et mutations économiques.** pp. 137-156, Paris: L'Harmattan, 1996.

LOVELOCK, James. **Healing Gaia.** New York: Harmony Books, 1991.

MARTINELLI, Dante P; JOYAL, André. **Desenvolvimento Local e o Papel das Pequenas e Médias Empresas.** São Paulo: Manole, 2004.

MENDES, Eugênio V. Uma agenda para a cidade. In: KEINERT, Tania; KARRUZ, Ana Paula (Orgs). **Qualidade de vida: observatórios, experiência e metodologias.** São Paulo: Annablume, 2002.

NEWCOMB, Theodore M. An approach to the study of communicative acts. **Psychological Review**, v. 60, n. 1, p. 393-404, 1953.

QUEIRÓS, Eça. **A Cidade e As Serras.** São Paulo: Hedra, 2006. Originalmente publicado em 1901.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOROKIN, Pitrin A., ZIMMERMAN, Carlos E., GALPIN, Charles J. **A Systematic Source Book in Rural Sociology**. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1930.

SOROKIN, Pitrin A.; ZIMMERMAN, Carlos e GALPIN, Charles J. Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e urbano. In: MARTINS, J. S. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. Artigo originalmente publicado em 1929.

TAVARES, Carlos Alberto. O Ordenamento e a Gestão do Território em Cabo Verde: Constrangimentos e Desafios. In: COSTA, Suzano F.; CARVALHO, Francisco A.; TAVARES, Carlos Alberto. **A Juventude e a Promoção da Cultura de Investigação**. p. 97-115. Lisboa: AJIC, 2007.

VARIAN, Hal .R. **Microeconomic analysis**. New york: WW Norton & co, 1992.

VEIGA, José Eli da. Nem tudo é urbano. **Ciência e Cultura**. v. 56, n. 2, p. 26-29, abr./jun. 2004.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social Network Analysis: Methods and Applications**. New York: Cambridge University Press, 1994.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2008.

De vida rural e/ou urbano. Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de Doctor Scientiae. Viçosa. Minas Gerais – Brasil. Não conseguirei listar todos, um obrigado muito especial a todos da Universidade do. Minho, e a todos em Braga e em Guimarães, que me receberam com braços abertos. durante minha jornada por lá. E também não posso me esquecer de todos do. IFSudesteMG, que também me ajudaram aqui. Enfim, um obrigado a todos aqueles que não estão aqui, mas que sabem que. contribuíram de alguma forma na conclusão dessa pesquisa.